

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMOS SR(a) E DOUTA COMISSÃO, PRESIDENTE DA COMISSÃO E DEMAIS MEMBROS DO PREGÃO ELETRÔNICO 2021/003, REALIZADO PELO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A - BANDES.

Referente ao Processo Administrativo 041/2021.

A JP SMART VENDING OPERADORA DE MAQUINAS AUTOMÁTICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 06.281.829/0001-96, inconformada com a decisão prolatada pelo ilustre Pregoeiro, que nos inabilitou, vem apresentar RAZÕES DE RECURSO com fulcro no item 4.2, referente à qualificação econômico-financeira, do Edital e nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, acrescido da Instrução Normativa RFB nº 2.023, de 28 de abril de 2021 tudo em conformidade com os motivos de fato e razões de direito que passa a expor, para ao final requerer o que adiante segue:

#### DAS RAZÕES DE RECURSO

Foi publicado edital de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tendo como objeto a "Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de locação de máquinas de café e bebidas quentes, com fornecimento de insumos conforme demanda, nas dependências do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES, conforme especificações estabelecidas neste Edital e de seus Anexos."

É consabido, que as obrigações documentais devem ser cumpridas nos estritos termos e prazos fixados no Edital, bem como em consonância com a legislação incidente, sendo indispensáveis esses formalismos à confirmação plena da capacitação dos competidores - isso é nuclear no que se refere aos procedimentos licitatórios.

Em consonante com essa afirmação, devido ao sensível momento pandêmico vivido por todos nós, inúmeras medidas provisórias e instruções normativas foram criadas pelo governo federal que ampliaram diversos prazos no intuito de garantir, principalmente, a continuidade das atividades laborais e empresariais.

Nesse sentido, e tendo como fundamento a Instrução Normativa RFB Nº 2.023, DE 28 DE ABRIL DE 2021, que prorroga o prazo de entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD) referente ao ano-calendário de 2020 para o último dia útil do mês de julho de 2021, revelaremos, a seguir, os fundamentos de fato e de direito que fundamentam nosso pleito.

#### PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL REFERENTE AO EXERCÍCIO 2020.

Durante a sessão pública realizada no dia 21/07/2021, após período de negociação realizado entre as partes e análise da documentação de habilitação desta licitante por parte da senhora pregoeira e sua equipe de licitação, às 17h e 14min a sessão pública foi retomada com a informação da inabilitação, a qual transcrevemos abaixo:

21/07/2021 - 17:14:35 Inabilitação de proposta. Fornecedor: JP SMART VENDING OPERADORA DE MAQUINAS AUTOMATICAS LTDA, CNPJ/CPF: 06.281.829/0001-96, pelo melhor lance de R\$ 79.300,0000. Motivo: Pelo descumprimento do item 4.2, referente à qualificação econômico-financeira.

O item 4.2 do edital e seus subitens menciona:

4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, exigíveis na forma da lei, 4.2.1. As empresas que se utilizam do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverão comprovar a Escrituração Contábil Digital - ECD por meio de recibo de entrega junto à Receita Federal, igualmente, deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível.

4.2.2. As empresas recém-constituídas, cujo Balanço Patrimonial ainda não seja exigível, deverão apresentar o Balanço de Abertura, contendo carimbo e assinatura do representante legal da empresa e do contador.

4.2.3. As empresas que estiverem inativas no ano anterior deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.

4.2.4. Somente será habilitado o Licitante que comprovar boa situação financeira através da demonstração de índices de Liquidez Corrente, Solvência Geral e Liquidez Geral, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com resultado igual ou maior do que 01 (um) em todos os índices aqui mencionados:

a. Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante.

b. Solvência Geral = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo não Circulante.

c. Liquidez Geral = Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo não Circulante.

4.2.5. Os licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer dos índices referidos no subitem 4.2.4, quando de suas habilitações, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor global da proposta, devidamente registrado no Balanço Patrimonial.

4.2.6. A comprovação dos índices referidos no subitem 4.2.4, bem como do capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo aludido no subitem 4.2.5, deverão se basear nas informações constantes nos documentos listados no item 4.2, cabendo ao licitante apresentar os cálculos de forma objetiva, sob pena de inabilitação.

Ocorre que, como mencionamos, a sensibilidade do momento levou à flexibilização/ampliação de diversos prazos, inclusive o de entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD) referente ao ano-calendário de 2020, conforme notícia publicada no portal [www.gov.br](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/noticias/instrucao-normativa-rfb-no-2-023-de-28-de-abril-de-2021-prorroga-o-prazo-de-entrega-da-escrituracao-contabil-digital-eed-referente-ao-ano-calendario-de-2020), a qual transcrevemos abaixo e que pode ser comprovada através do link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/noticias/instrucao-normativa-rfb-no-2-023-de-28-de-abril-de-2021-prorroga-o-prazo-de-entrega-da-escrituracao-contabil-digital-eed-referente-ao-ano-calendario-de-2020>

"Instrução Normativa RFB nº 2.023, de 28 de abril de 2021 - Prorroga o prazo de entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD) referente ao ano-calendário de 2020. Publicado em 30/04/2021 19h05

Esta Secretaria de Gestão (Seges) informa aos fornecedores, pregoeiros e gestores de compras que o prazo de validade da qualificação econômico-financeira, referente aos demonstrativos do exercício de 2019 das empresas cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), fica prorrogado até 30 de julho de 2021, em decorrência da recém publicada Instrução Normativa nº 2.023, de 28 de abril de 2021, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, que altera o prazo de apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) referente ao ano-calendário de 2020 até o último dia útil do mês de julho de 2021, inclusive nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial da pessoa jurídica.

Nesse sentido, esta Secretaria esclarece que, mesmo que conste como "vencido" o prazo da qualificação econômico-financeira após 31 de maio de 2021, a certidão permanecerá válida até 30 de julho de 2021.

Por oportuno, reforça-se que as demonstrações contábeis referentes ao ano-calendário de 2020, devem ser apresentadas no Sicaf até 30 de julho de 2021."

Transcrevemos abaixo, também, a íntegra da IN:

"INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.023, DE 28 DE ABRIL DE 2021 - Prorroga o prazo de entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD) referente ao ano- calendário de 2020.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, no art. 2º do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º O prazo final para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) previsto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, referente ao ano-calendário de 2020, fica prorrogado, em caráter excepcional, para o último dia útil do mês de julho de 2021.

Parágrafo único. Nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial, a ECD prevista no § 3º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 2021, referente ao ano-calendário de 2021, deverá ser entregue:

I - se o evento ocorrer no período compreendido entre janeiro a junho, até o último dia útil do mês de julho de 2021; e

II - se o evento ocorrer no período compreendido entre julho a dezembro, até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

Para acessar a íntegra da IN nº 2.023, de 2021, acesse o link: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-rfb-n-2.023-de-28-de-abril-de-2021-317033562> "

A fundamentação apresentada bem como a sequência de fatos e documentos apresentados por este licitante durante a sessão pública provam, além de qualquer argumento plausível, que não havia qualquer motivo, de fato ou de direito, para que a mesma tivesse sido inabilitada por descumprimento do item 4.2.

Se a decisão de inabilitação for reafirmada, à luz dos esclarecimentos e comprovações apresentados, ficará patente o flagrante desrespeito à norma estabelecida pela IN RFB 2023/21.

Acrescentamos, apenas como adendo, que nenhum prejuízo seria advindo da habilitação da licitante, dado que uma rápida consulta ao SICAF comprovaria que as informações relativas ao Balanço Patrimonial, bem como a entrega da ECD do exercício 2020, já foram devidamente registrados e encontram-se disponíveis para consulta no SICAF.

DO PEDIDO

Ante o exposto, a RECORRENTE, confiando nos doutos conhecimentos e, sobretudo, no elevado senso de justiça de VOSSA SENHORIA pede, espera e confia que se digne a dar provimento ao presente Recurso Administrativo, para invalidar a decisão que declarou inabilitada a empresa JP SMART VENDING OPERADORA DE MAQUINAS AUTOMÁTICAS LTDA, dando prosseguimento aos ritos necessários após a HABILITAÇÃO da mesma.

Rio de Janeiro,

28 de julho de 2021.

JP SMART VENDING OPERADORA DE MÁQUINAS AUTOMÁTICAS LTDA.

CNPJ: 06.281.829/0001-96.

Rafael Menezes Tupinambá Sousa – Administrador.

**Fechar**